

# Tribunal Penal Internacional para Ruanda

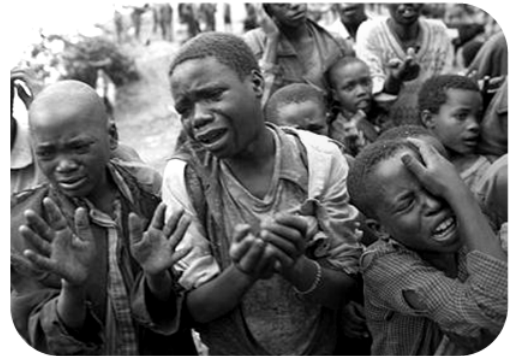


pergunta para o application e  
mini-guia do comitê



**SIEM 2009**  
Fazendo História

**André Oliveira Akyiama**  
**Giovanna Fernandes Alevato**  
**Mariana Quintanilha**  
**Rodrigo Dornelles**  
**Rodrigo Teneiro Quintanilha**



**SIEM 2009 - MINI-GUIA**

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

*O julgamento de Jean Kambanda e o genocídio em Ruanda*

**Elaborado por**

André Oliveira Akyiama

Giovanna Fernandes Alevato

Mariana Quintanilha

Rodrigo Dornelles

Rodrigo Teneiro Quintanilha

**Edição**

Thomás Zicman de Barros

## **Proposta de redação para o *application***

### **Proposta:**

Na sua qualidade de defesa/acusação/juiz do julgamento de Jean Kambanda, discorra sobre as atitudes tomadas pelo réu e sua relação com os Direitos Humanos.

O *application* deve ter por volta de 3000 caracteres.

### **Proposta para a Imprensa<sup>1</sup>**

Na qualidade de jornalista do veículo de comunicação escolhido (*The Arusha Times* ou *UN Daily News*), discorra sobre o papel da imprensa para a divulgação do ocorrido em Ruanda no ano de 1994.

O *application* deve ter por volta de 3000 caracteres.

---

<sup>1</sup> Tal proposta de redação só deve ser cumprida pelos delegados desejosos de participar da Imprensa do *Tribunal Penal Internacional para Ruanda*. Como para os demais delegados, escrever o *application* não é obrigatório, mas recomendável.

## **A ORIGEM DO CONFLITO**

Muito se especula sobre a origem do povo ruandês, no entanto, a maioria das fontes retrata uma realidade que foi criada somente para alimentar mais o ódio entre as etnias tutsis e hutus.

Os antecessores dos povos hutu e tutsi se estabeleceram na região durante um período de dois mil anos. Originalmente eles eram organizados em pequenos grupos baseados na linhagem ou na lealdade em um grande líder que se juntaram para construir o complexo Estado ruandês.

No começo dos tempos, como agora, a maioria do povo da região era formada por agricultores e a minoria se concentrava na atividade pecuária para sua sobrevivência. Agricultores e pecuaristas viviam espalhados pela região montanhosa. Tanto que no início de 1994, Ruanda era o país mais populoso do continente africano.

Quando Ruanda virou um Estado no século XVIII, os seus governantes mediram seu poder de acordo com o número de súditos e sua riqueza de acordo com o número de animais. Normalmente, os dois estavam interligados. Os agricultores viraram mestres em guerra e foram capazes de mobilizar grandes grupos de seguidores que ganharam status graças à carreira militar, especialmente nos fins do século XIX com o líder Rwabugiri que foi o responsável pelos tempos áureos de Ruanda. Devido a sua sede por poder, Ruanda atacou seus vizinhos independente de seus ofícios ou se eram organizados em linhagens ou Estados.

No final do século XIX, o governante detinha o controle sobre as regiões próximas devido as suas múltiplas hierarquias de oficiais competentes que administravam os territórios que lhe eram encaminhados, criando assim pequenos Estados dentro de do país.

Conforme Ruanda ia crescendo em força e sofisticação, a elite governante foi ficando cada vez mais distinta e seus membros, assim como a maioria das elites dos outros países, começaram a pensar que eram superiores em comparação ao restante da sociedade. A palavra "tutsi" que em primeiro plano descrevia o status do indivíduo na sociedade – uma pessoa rica em rebanho –

tornou-se o termo que se referia ao grupo elitista como um todo e a palavra “hutu” – que originalmente se referia a um seguidor subordinado de uma pessoa mais poderosa – passou a se referir à massa popular ordinária. A diferenciação entre os tutsis e os hutus começou a ser aplicada então quando os europeus chegaram a Ruanda na virada do século, mas não foi completamente implementada pelo país.

A maior parte da população casava dentro de seu próprio grupo o que resultou na criação de um padrão genético específico para cada grupo e acabou caracterizando fisicamente cada grupo: os tutsis tinham maior estatura, mais magros e possuíam feições mais delicadas enquanto que os hutus tinham baixa estatura, eram mais fortes e com feições mais largas. Dentro de cada grupo ainda existiam subgrupos o que criou mais diversidades dentro dos grupos.

Apesar de não ser comum, existiam casamentos entre as etnias. A prática foi perdendo força no final do século XIX e começo do século XX quando o abismo entre os dois grupos ia aumentando entre a elite tutsi e a maioria hutu, mas conforme os tutsis foram perdendo o poder na revolução de 1959. Com o aumento dos casamentos mestiços, foi ficando cada vez mais difícil saber a afiliação de cada indivíduo simplesmente por olhar. Durante o genocídio, algumas pessoas que eram legalmente hutus foram assassinadas como tutsis devidos aos traços étnicos similares ao do grupo.

Com a entrada dos europeus no continente africano, os alemães ganharam o direito sobre o território ruandês, mas só estabeleceram uma colônia administrativa. Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, o controle sobre o país passou para a mão dos belgas em 1918, o que terminou com a expansão ruandesa sobre seus vizinhos. Ambos, Bélgica e Alemanha, buscaram governar Ruanda com o mínimo de custo, mas retirando o máximo de proveito.

Em 1920, os belgas começaram a mudar a estrutura administrativa ruandesa em nome da eficácia. Sempre justificando a intenção de manter os elementos essenciais da estrutura do país intactos, eles eliminaram as hierarquias conflitantes e reorganizaram as unidades administrativas. Para isso, utilizaram-

se da força para instalar oficiais de Estado nos enclaves autônomos destruindo o poder das linhagens dominantes e dos pequenos Estados. Eles fixaram e uniformizaram os privilégios e serviços locais achando que assim as diferenças seriam apaziguadas.

Os oficiais ruandeses não foram meros piões indefesos e sim verdadeiros jogadores nessa reforma administrativa. Politicamente astutos, eles entenderam como evadir das intenções européias mesmo quando aparentemente se conformavam com ela. Chefes e subchefes pareciam aceitar a redução do número de oficiais, mas na realidade, continuavam a utilizar seus representantes nas colinas e persistiam em sobreviver da população local. Como resultado, a densidade da administração e as diferenças diminuíram pouco no centro do país enquanto que nas partes mais distantes apenas aumentavam por causa da instalação dos oficiais residentes. Ao mesmo tempo, os chefes e subchefes – e mais tarde outros agentes administrativos – impuseram uma série de demandas impostas pelos colonialistas como parte de seus esforços para integrar Ruanda na economia global. Muitas vezes, eles conseguiam encontrar formas de administrar essas novas exigências para seu próprio ganho pessoal.

Os administradores europeus normalmente ignoravam os abusos cometidos por esses oficiais tutsis. Eles implementaram cortes baseadas no modelo europeu com o propósito de proteger a população, no entanto, os juízes se viam como defensores da elite e não da massa.

Ao mesmo tempo, os belgas incentivaram esse comportamento, pois somente tutsis podiam se oficiais. Eles sistematicamente retiraram os hutus das posições de poder e os excluíaam do acesso a educação superior que eram voltadas a preparação de cargos administrativos. Dessa forma, eles impuseram o monopólio tutsi da vida pública não só nas décadas de 20 e 30, mas também para as futuras gerações. Os únicos hutus que conseguiram fugir dos trabalhos braçais foram os poucos que tiveram acesso ao estudo religioso.

Quando acabou a dominação colonial sobre o país (1950), depois de anos de uma segregação cultivada, uma série de confrontos entre tutsis e hutus, começa o processo de independência de Ruanda.

Em 1957 os líderes hutus publicaram o *Manifesto Hutu*, preparando seus simpatizantes para um futuro conflito político que seria conduzido exclusivamente por questões étnicas. O resultado da campanha violenta dos hutus contra os tutsis ficou conhecida como “o vento da destruição”. Como consequência muitos tutsis fugiram do país. Em 1959, os hutus aprisionaram os restantes dos militares tutsis e cortaram seus pés com facões diminuindo assim sua estatura e, “conseqüentemente” a diferença entre os dois grupos.

Nas eleições de 1960, os políticos hutus venceram em uma vitória esmagadora e assim, Grégoire Kayibanda, um dos autores do *Manifesto Hutu* liderou o governo provisório durante o período da independência.

A primeira eleição presidencial em Ruanda resulta na vitória do chefe do governo provisório Grégoire Kayibanda. O nome do seu partido era *Parti du Mouvement de l'Emancipation du Peuple Hutu* (Partido para Emancipação Hutu), o que deixava bem claro as intenções do governo.

Foi no governo de Kayibanda em que foi criada a famosa designação do povo tutsi de baratas. A matança das baratas torna-se então uma prática comum em Ruanda, principalmente quando os tutsis mostravam alguma tentativa de retomada de poder.

Em 1963, centenas de guerrilheiros tutsis entraram pelo sul do país que faz fronteira com Burundi mas ao chegar em Kigali foram eliminados pela exército ruandês. Esse evento levou o governo a decretar estado de emergência, enfatizando a necessidade de eliminar os elementos subversivos. Em apenas dias 14.000 tutsis foram massacrados na província de Gikongoro. Enquanto isso ocorre uma tentativa de tomada de poder dentro do regime hutu.

Em 1973 Kayibanda é removido do poder por um grupo de oficiais do exército que colocam o major general Juvenal Habyarimana no comando. Habyarimana se mantém no poder durante vinte anos, através de uma ditadura militar com apoio de países ocidentais. No entanto, essa política hutu cria um problema cada vez mais grave nas fronteiras ruandesas. Há cada vez mais nos limites territoriais um número cada vez maior de refugiados tutsis. Com o passar do tempo, os tutsis se tornam cada vez mais inconvenientes em seus países hospedeiros e Ruanda continua os recusando.

Por causa do perigo iminente, Habyarimana declara em 1986 que não haverá retorno de refugiados para Ruanda. No ano subsequente, os exilados ruandeses se organizam em um grupo intitulado de Frente Patriótica Ruandesa (FPR), comprometida em derrubar o regime de Habyarimana através da força. O FPR era liderado por oficiais tutsis que serviam o exército de Uganda. Em 1º de outubro de 1990 eles desertam o exército com seus equipamentos e se deslocam para o sul em direção a fronteira ruandesa. Apesar de ser uma invasão de pequenas proporções, ao contrário de todas as probabilidades, acaba com o regime de Habyarimana e seria o evento que provocaria um dos maiores genocídios já vistos pelo mundo.

### **1990 - 1994**

Na verdade, como a própria história ruandesa mostra, o genocídio de 1994 foi a explosão de anos de apologia ao ódio entre as etnias tutsi e hutu. No entanto, pode-se demarcar o início do genocídio em outubro de 1990, quando a “Rwanda Patriotic Front” (Frente Patriótica Ruandesa – RPF) atacaram de Uganda com o propósito de depor o então Presidente Juvenal Habyarimana.

Em 1991, Habyarimana foi obrigado a terminar sua ditadura militar e os crimes cometidos durante seu mandato saíram impunes, o que reforçava a crença de que violência para fins políticos era normal. Nesse ano, vários partidos políticos surgiram e conseqüentemente uma corrida pelo poder.

Durante os anos de 1992 e 1993 ocorreram vários ataques tanto contra tutsis quanto contra hutus, aumentando assim o abismo entre as etnias. Em 1993, a RPF teve um grande avanço militar. Por isso, a “Radio Télévision Libre des Mille Collines” (Rádio Televisão Livre de Mille Collines – RTLM) e o movimento pelo poder hutu atacaram a RPF. Enquanto isso, Habyarimana e seu grupo preparavam um ataque a minoria tutsi. Em 1993, os membros de seu partido aumentaram o recrutamento e treinamento de milícias locais mas alguns tinham reservas quanto a esse método e começaram a recrutar civis, especialmente homens jovens. O treinamento era dado por antigos soldados e policiais que os mandava atacarem os inimigos de sua comunidade.



Soldados e líderes políticos distribuía armas de fogo para as milícias e outros simpatizantes de Habyarimana em 1993 e começo de 1994, mas concluíram que armas de fogo eram muito caras para distribuir para todos os civis e assim começou a distribuição desenfreada de facões suficientes para todos os hutus.

A RPF, consciente disso, antecipava o conflito iminente. Eles também começaram seu recrutamento em Kigali.

Em 6 de abril de 1994, o avião do presidente Habyarimana foi abatido e até hoje o responsável por esse crime não foi encontrado, mas foi o suficiente para desencadear todo o ódio cultivado durante todos esses anos. Quase que imediatamente, foi dada a ordem de exterminação pelos associados do então presidente e, assim, começou o genocídio que deixou até a presente data um número indefinido de mortos mas que é estimado entre quinhentos mil a um milhão.

### **JEAN KAMBADA**

Jean Kambada nasceu em 19 de outubro de 1955. Era líder do “Rwanda Union of Popular Banks” entre os anos de 1989 e 1994 e Vice Presidente do Movimento da República Democrática (MDR). Tornou-se Primeiro Ministro do governo interino de Ruanda em 9 de abril de 1994.

Seu papel principal durante seu governo foi sua política intervencionista que dizia ser em nome do governo. Sua responsabilidade penal deu-se devido seu envolvimento direto nos crimes cometidos com a distribuição de armas e munição entre a população para o massacre e sua omissão na contenção dos mesmos (já que devia devido a seu cargo).

Seis acusações foram feitas contra ele: por genocídio, concordado a cometer genocídio, direta e pública iniciação para cometer genocídio, auxílio e cúmplice de genocídio e crime contra a humanidade (assassinato e extermínio). Ele foi o único acusado a se declarar culpado de todas as acusações. Ao ser sentenciado a prisão perpétua, ele retirou sua confissão alegando que havia sido forçado a alegar culpado. Mesmo assim, o TPIR confirmou em todas as suas disposições que Jean Kambanda tinha consciência de sua confissão.

Hoje ele cumpre sua sentença em Mali.

## **O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA**

Seguindo o modelo do Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) foi criado pelo Conselho de Segurança da ONU através da resolução 955 de 8 de Novembro de 1994 e tem sede em Arusha, na Tanzânia. O propósito dessa medida era contribuir para o processo de reconciliação nacional em Ruanda e manter a paz na região. O TPIR foi estabelecido para o julgamento dos responsáveis pelo genocídio e outras sérias violações a leis humanitárias internacionais cometidas no país (e seus vizinhos) entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994.

O TPIR é regido pelo estatuto anexado a resolução 955 do Conselho de Segurança.

## **BIBLIOGRAFIA**

FORGES, Alison Liebhafsky Des. *Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda*. Human Rights Watch Report, 1999

## **VÍDEOS**

BAKER, Greg e Darren Kemp. *Frontline: Ghosts of Rwanda* (2004) –

Documentário;

GEORGE, Terry. *Hotel Rwanda* (2004) – Filme

## **WEBSITES**

Acusação de Jean Kambada

<http://69.94.11.53/ENGLISH/cases/Kambanda/indictment/index.pdf>;

Julgamento e Sentença de Jean Kambada

<http://69.94.11.53/ENGLISH/cases/Kambanda/judgement/kambanda.html>;

Apelação de Jean Kambada

<http://69.94.11.53/ENGLISH/cases/Kambanda/decisions/130600.htm>;

Site Oficial do Tribunal Penal Internacional para Ruanda

<http://69.94.11.53/default.htm>;

Trial Watch: Jean Kambada

[http://www.trial-ch.org/en/trial-watch/profile/db/facts/jean\\_kambanda\\_159.html](http://www.trial-ch.org/en/trial-watch/profile/db/facts/jean_kambanda_159.html)